DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

A marca da indústria de cana-de-açúcar é a de superação de ciclos econômicos de altas e baixas. Ao mesmo tempo, os desafios tecnológicos estiveram sempre presentes na história da cadeia produtiva sucroenergética. O conteúdo do presente Caderno, elaborado pelo corpo técnico e executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), traz uma visão tanto estrutural quanto conjuntural do setor.

ACORDO DE PARIS E A NECESSIDADE DE UM PLANO ESTRATÉGICO

ELIZABETH FARINA
DIRETORA PRESIDENTE DA UNICA

LUCIANO RODRIGUES
GERENTE DE ECONOMIA E ANÁLISE SETORIAL DA UNICA

O pacto histórico assinado por 197 países na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) estabeleceu um novo marco no enorme desafio de manter o aumento da temperatura global abaixo de 2 °C e combater os efeitos nefastos do aquecimento global.

A despeito do ceticismo do atual presidente americano ante as evidências empíricas e os estudos contundentes sobre o tema, é inegável a mudança profunda no comportamento mundial, e a busca pelo uso consciente de energia limpa e renovável retrata um movimento sem volta.

A necessidade de transformações para a preservação e o uso racional dos recursos naturais passou a permear as discussões sobre segurança energética. No entendimento coletivo, não é possível manter o padrão de vida atual sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Nessa linha, apesar das políticas erráticas dos últimos quinze anos, o caso brasileiro ainda é considerado um exemplo de sucesso: as suas fontes renováveis respondem por expressivos 39% da matriz energética nacional. Já os produtos de cana-de-açúcar destacam-se ao representarem cerca de 16% da matriz ou 40% de toda a energia renovável ofertada internamente. Estas cifras são obtidas com a utilização de apenas 0,6% do território nacional para o cultivo da lavoura canavieira destinada ao uso energético.

Esse destaque da bioenergia é reconhecido no compromisso internacional estabelecido pelo Brasil na COP-21, o qual prevê a ampliação da energia elétrica limpa na composição da matriz de 28% para 33% até 2030, enquanto a participação dos biocombustíveis deve atingir 18%.

Ao contrário de várias nações, o País tem uma posição privilegiada, com a possibilidade de expansão do etanol sem desmatamento, competição na produção de alimentos e desafios estruturais intransponíveis. O seu sistema de abastecimento já conta com bomba dedicada em praticamente todos os postos revendedores e uma enorme frota de veículos flexíveis aptos ao uso do produto.

Diferentemente de outras opções ambientais eficientes vislumbradas para o futuro, o etanol produzido no Brasil é uma alternativa econômica viável, com técnica dominada e, mais importante, pronta e disponível para o combate ao aquecimento global de forma imediata.

Tecnologias automotivas em desenvolvimento ou em fase de testes, como os veículos elétricos movidos a célula de combustível ou os carros híbridos *flex-fuel*, podem fortalecer a vantagem brasileira e reforçar a importância do etanol.

Afora o ambiente político conturbado, esse período é importante para o desenho de um plano estratégico. De um lado, há a necessidade de reordenação do mercado de combustíveis decorrente do novo posicionamento da Petrobras e da perspectiva de déficit de oferta interna nos próximos anos. De outro lado, o Brasil inicia a discussão sobre o regime automotivo com metas para pesquisa e desenvolvimento em engenharia, eficiência energética e segurança veicular.

OPORTUNIDADES COM O RENOVABIO

É louvável a iniciativa do Ministério de Minas e Energia (MME) de estabelecer um sofisticado plano de descarbonização, unificado na iniciativa conhecida como RenovaBio. O programa está alinhado aos compromissos da COP-21, na busca de ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz veicular brasileira, com geração de ganhos econômicos, sociais e, especialmente, ambientais à sociedade.

Com efeito, o crescimento do setor sucroenergético para o atendimento das metas internacionais estabelecidas permitiria uma redução adicional das emissões, estimadas em mais de 550 milhões de toneladas de CO_2 eq. até 2030, além de uma redução expressiva dos gastos com saúde pública decorrente do menor uso de combustíveis fósseis.

Esse movimento promoveria, também, a criação de quase 250 mil novos postos de trabalho diretos no período, com potencial de atingir mais 500 mil empregos indiretos em toda a cadeia. Os investimentos na ampliação da capacidade produtiva chegariam a US$ 40 bilhões, com efeito multiplicador significativo para setores correlatos.

Nessa linha, a proposta do RenovaBio traz um arcabouço regulatório transparente e políticas públicas na direção correta, além de estímulos para a ampliação das eficiências econômica e ambiental dos biocombustíveis no País, na medida em que diferencia os produtos de acordo com o nível de emissões de gases do efeito estufa.

Além de exigir um enorme esforço dos agentes públicos e privados, essa iniciativa poderá manter o protagonismo brasileiro na corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa e renovável. Não podemos perder tempo e desperdiçar mais uma oportunidade de avanço no campo energético!